

# DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, *Terça-Feira*, 18 de março de 2025 | edição nº 1237

R\$ 2,50

## DÓLAR CAI AO MENOR NÍVEL EM 4 MESES, A R\$ 5,68, COM OTIMISMO EM BRASIL E CHINA E PESSIMISMO NOS EUA

O dólar fechou em queda e a Bolsa em alta nesta segunda-feira (17), após a divulgação de dados fortes para a atividade econômica no Brasil e na China, e em mais um dia marcado por apetite ao risco diante de comentários do secretário do Tesouro americano sobre uma recessão no país, além das chances de um confronto entre os EUA e houthis no Iêmen.

A moeda americana abriu a sessão rondando a estabilidade, mas passou a despencar, chegando a R\$ 5,665, na mínima do dia. Ao fim do pregão, encerrou com baixa de 1,01%, cotada

a R\$ 5,685, renovando a mínima desde 7 de novembro, quando fechou a R\$ 5,675. No ano, o dólar acumula queda de 7,98%.

A queda da divisa dos EUA acompanha as perdas da semana passada e a valorização das moedas emergentes no exterior frente ao dólar. O índice DXY, que mede a força do dólar ante as principais moedas globais caiu 0,30%, a 103,41 pontos, no fim da sessão. Já a Bolsa encerrou com disparada de 1,45%, aos 130.833 pontos, tendo alcançado 131.313 pontos na máxima. É o quarto pregão seguido que a Bolsa fecha em alta.

As ações da Petrobras (1,85%), Vale (1,43%), Embraer (3,37%) e Itaú (3,00%) responderam pelas maiores contribuições positivas.

Os investidores seguiram de olho em novas notícias sobre os planos tarifários do presidente norte-americano, Donald Trump, e na "superquarta", dia em que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central do Brasil e o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) anunciarão suas novas diretrizes sobre juros.

Na cena doméstica, os dados econômicos favoreceram a valorização da moeda brasileira.



## DESTAQUES DO DIA



**Isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil custará R\$ 27 bilhões por ano**

**Haddad diz que Lula pediu que descontos no IR sejam mantidos e prevê custo de R\$ 27 bi com isenção**

**Economistas reduzem previsão da inflação pela primeira vez em seis meses e mantêm alta de 1 p.p. na Selic**



**Hapvida inaugura novo hospital em SP com investimento de R\$ 16 milhões**



## NO MUNDO

## Irã vai 'sofrer consequências' por qualquer novo ataque dos houthis, diz Trump



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta segunda-feira (17) que o Irã será responsabilizado e enfrentará consequências por quaisquer ataques dos rebeldes houthis no Iêmen, alinhados a Teerã.

"Cada tiro disparado pelos houthis será considerado, a partir deste momento, um tiro disparado pelas armas e lideranças do Irã, e o Irã vai ser responsabilizado e vai sofrer as consequências, e essas consequências serão graves!", escreveu o republicano em sua rede social, a Truth Social.

A declaração ocorre após

os EUA bombardearem as cidades de Sanaa, capital do Iêmen, Saada, no norte, e Rada'a, no centro do país do Oriente Médio. Segundo Anees Alsbahi, porta-voz do Ministério da Saúde administrado pelos Houthis, os ataques mataram 53 pessoas, incluindo cinco crianças e duas mulheres, e feriram outras 98. No dia seguinte, o assessor de Segurança Nacional americano, Michael Waltz, afirmou, em entrevista ao canal americano ABC News, que os bombardeios primeira grande ação militar americana desde a volta de Trump à Casa Branca, em janeiro mataram vários líderes rebeldes na região.

Também no domingo (16), o secretário de Estado americano, Marco Rubio, disse à CBS News que a ofensiva pode durar dias ou mesmo semanas "até que os houthis não tenham mais capacidade de atacar o transporte marítimo global e a Marinha dos EUA", afirmou.

Hossein Salami, principal comandante da Guarda Revolucionária do Irã, disse que os houthis tomavam suas próprias decisões. "Avisamos nossos inimigos que o Irã responderá de forma decisiva e destrutiva se eles cumprirem suas ameaças", disse ele à mídia estatal neste domingo. Folhapress

## EUA confirmam discussão com Ucrânia sobre divisão de territórios com Rússia

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse que a divisão do território entre Ucrânia e Rússia tem sido parte das discussões entre os Estados Unidos e os ucranianos, mas estava relutante em dar detalhes antes da ligação do presidente americano, Donald Trump, com seu colega russo, Vladimir Putin, na terça-feira (18).

"O presidente e toda a sua equipe de segurança nacional têm se envolvido diretamente com o presidente [da Ucrânia, Volodymyr] Zelensky e a equipe ucraniana, e isso tem sido parte

da discussão entre a equipe do presidente e os ucranianos", disse Leavitt. "Quanto a onde essas linhas serão traçadas, ou quaisquer detalhes, não vou entrar nisso. Não seria sensato da minha parte me antecipar à ligação do presidente com o presidente [da Rússia, Vladimir] Putin amanhã."

No entanto, mais tarde no briefing, Leavitt indicou que Trump estaria discutindo com Putin uma usina de energia que fica na fronteira.

Leavitt acrescentou que a imprensa pode esperar uma declaração após a ligação de terça. CNN



## Antes de se tornar premiê, Friedrich Merz encara votação crucial na Alemanha



Friedrich Merz, o primeiro-ministro eleito da Alemanha, encara uma votação crucial nesta terça-feira (18), que pode fazer seu governo começar em um patamar inimaginável há algumas semanas. Após acordo com o SPD do atual premiê Olaf Scholz e uma difícil negociação com os Verdes, o conservador está pronto para aprovar no Parlamento o maior pacote de estímulo no país desde a queda do muro de Berlim.

Se a referência histórica dá uma ideia da envergadura do feito serve também para dimensionar o tamanho do tombo se Merz fracassar. O

prognóstico, com declarada torcida de agentes econômicos alemães, é positivo, mas há riscos, como uma contestação judicial ao projeto capitaneada pela AfD, a sigla de extrema direita do país. É a segunda ofensiva do partido populista desde que Merz lançou a ideia, no Carnaval. Primeiro, a legenda tentou desqualificar o atual Parlamento, que tem apenas mais uma semana de vida, como palco da votação; agora, em argumentação mais prática, o partido extremista diz que o assunto não foi discutido apropriadamente pela sociedade.

Também apelaram ao

Tribunal Constitucional Federal os liberais do FDP e o partido A Esquerda. Uma decisão sobre as diversas ações é aguardada para esta terça-feira (18).

Merz propõe alterar o freio da dívida, a versão local do teto de gastos, para isentar dispêndios com defesa e um pacote excepcional de 500 bilhões de euros para a infraestrutura do país. O tema, que era uma discussão quase teórica durante a campanha eleitoral, ganhou caráter de urgência depois que Donald Trump se propôs a forçar a Ucrânia a um acordo de paz com a Rússia, nas últimas semanas. Folhapress

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo  
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil custará R\$ 27 bilhões por ano



O aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil por mês custará R\$ 27 bilhões por ano aos cofres públicos, disse nesta segunda-feira (17) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A estimativa é cerca de R\$ 5 bilhões inferior ao cálculo de R\$ 32 bilhões apresentado no fim do ano passado.

Segundo Haddad, a previsão de impacto fiscal caiu porque o governo refez os cálculos para incluir o aumento do salário mínimo após a aprovação do Orçamento de 2025, que só deve ser votado em abril. Caso seja aprovado pelo Congresso, o aumento da faixa de isenção só valerá para 2026, mas os cálculos originais baseavam-se no salário mínimo de 2024.

“Foi um recálculo, porque este ano haverá uma pequena correção depois do Orçamento. Este ano vai ter uma correção por conta do aumento do salário mínimo”, disse Haddad.

Pela manhã, Haddad reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir os últimos detalhes do projeto de lei ou da medida provisória da reforma do Imposto de Renda, que vai isentar contribuintes que recebem até R\$ 5 mil por mês. Segundo o ministro, nesta terça-feira (18), Lula se reunirá com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo Motta, para explicar o texto.

Existe a expectativa de a proposta ser divulgada nesta terça, após a reunião com Alcolumbre e Motta. No entanto, o texto pode ser apresentado na quarta-feira (19), porque Lula tem uma viagem marcada para Sorocaba (SP) na tarde de terça.

Em relação à versão inicial da reforma anunciada em novembro do ano passado, Haddad informou que o novo texto traz duas mudanças determinadas pelo presidente Lula. A primeira é não mexer nas deduções do Imposto de Renda. Na semana passada, o Ministério da Fazenda confirmou ter retirado da proposta o fim da isenção de IRPF para pessoas com doenças graves que ganham mais que R\$ 20 mil por mês.

Wellton Máximo/ABR

### Banco Central registra o primeiro incidente com chaves Pix neste ano

Um total de 25.349 chaves Pix de clientes da fintech QI SCD tiveram dados expostos, informou nesta segunda-feira (17) o Banco Central (BC). Esse foi o 18º incidente com dados do Pix desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020, e o primeiro neste ano.

Segundo o BC, o vazamento ocorreu de 23 de fevereiro a 6 de março e abrangeu as seguintes informações:

- Nome do usuário
- CPF com máscara (CPF parcialmente coberto com asteriscos)

- Instituição de relacionamento

- Agência

- Número e tipo da conta

O incidente, apontou o BC, ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. O vazamento ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de



dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do “compromisso com a transparência”.

Todas as pessoas que tiveram informações expostas ou vazadas serão avisadas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que esses serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu para os clientes desconsiderarem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

Wellton Máximo/ABR

### Economistas reduzem previsão da inflação pela primeira vez em seis meses e mantêm alta de 1 p.p. na Selic



Os economistas reduziram a previsão para a inflação deste ano pela primeira vez em 23 semanas e mantiveram a expectativa do aumento de 1 ponto percentual para a taxa básica de juros.

No boletim Focus, divulgado na manhã desta segunda-feira (17), os analistas ouvidos pelo Banco Central apontaram que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) terminará o ano em 5,66%, uma queda de 0,02 ponto percentual em relação ao levantamento da semana passada.

Esta é a primeira vez desde 11 de outubro de 2024 que os economistas reduzem a previsão da

inflação em 2025. Naquele dia, a perspectiva era que o IPCA fechasse este ano em 3,96%. Depois disso, foram 19 semanas seguidas de alta, que foram interrompidas apenas em 5 de março, quando houve uma estagnação em 5,65%.

Na semana seguinte, a previsão voltou a aumentar para 3,98%, antes de cair para 3,96% nesta semana. Porém, os economistas elevaram a perspectiva do IPCA para 2026 de 4,40% para 4,48%, e também a de 2028 (de 3,75% para 3,78%).

O centro da meta perseguida pelo BC é de 3%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Os analistas ouvidos pelo

BC mantiveram a expectativa que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central subirá a Selic em um ponto percentual, para 13,25% ao ano, nesta quarta-feira (19). Os diretores se reúnem a partir desta terça-feira e o anúncio será feito no dia seguinte.

O aumento já está previsto pelo próprio Copom desde dezembro do ano passado. Na última reunião, em janeiro, ele voltou a ser reforçado. Os especialistas acreditam que a Selic fechará o ano em 15%, mesmo patamar há dez semanas. Eles ainda mantiveram as perspectivas para os três próximos anos em 12,5% (2026), 10,5% (2027) e 10% (2028).

Fernando Narazaki/Folhapress

## PUBLICIDADE LEGAL

## Haddad diz que Lula pediu que descontos no IR sejam mantidos e prevê custo de R\$ 27 bi com isenção

O ministro Fernando Haddad

(Fazenda) afirmou nesta segunda-feira (17) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu para não haver alterações nos descontos dados hoje no IR (Imposto de Renda), como a isenção para pessoas com doenças graves.

Segundo o chefe da equipe econômica, a Fazenda prevê uma renúncia de R\$ 27 bilhões com a ampliação da faixa de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000. Como mostrou a Folha, a pasta refez os cálculos e reduziu as estimativas de impacto - a previsão inicial era uma perda de arrecadação de R\$ 35 bilhões.

"Foi um recálculo porque esse ano vai ter uma pequena correção depois do Orçamento por conta do aumento do salário mínimo", disse.

O valor de renúncia precisará ser compensado com a criação de um imposto mínimo de até 10% sobre quem tem renda acima de R\$ 50 mil por mês (R\$ 600 mil por ano), incluindo lucros e dividendos.

Segundo Haddad, Lula também pediu a inclusão do CNPJ na proposta de compensação. Isso significa que também será considerada a cifra já paga ao Fisco via empresa.

Nathalia Garcia/Folhapress

### Betfair Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 55.229.080/0001-43 – NIRE 35.263.972.495

#### 4ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **1. Betfair Brasil Holdings Ltda.**, com sede na Av. Paulista, nº 352, conjunto 76, Bela Vista, CNPJ/MF nº 55.739.161/0001-93, representada por Sr. **David Gerard Maxwell**, portador do passaporte irlandês nº PL7133884, e do CPF/MF nº 121.173.481-14; e **2. TSE Holdings Limited**, sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Reino Unido, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.911.742/0001-06, representada por Sr. **Antoine Paul Andre Reymondon**, portador da Cédula de Identidade RNE nº V801646-D e do CPF/MF nº 060.860.797-57, únicas sócias desta sociedade, têm entre si justo e contratado o seguinte: **1. Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações. 1.1.1.** Fica aprovada a transformação do tipo jurídico de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, mantendo-se inalteradas as sócias, o patrimônio e o capital social, passando a operar sob a denominação social de **"Betfair Brasil S.A."** ("Companhia"), sem interrupção de sua existência legal, sendo regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. **1.1.2.** Seu capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 30.716.436,00, dividido em 30.716.436 quotas, passará a ser representado por 30.716.436 ações ordinárias com direito a voto, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **1.1.3.** Por força da presente transformação, ficam extintos os cargos de administração e determinado que a Companhia será administrada por uma Diretoria. Os atuais administradores da sociedade permanecerão os mesmos, com a mera adequação de seus cargos para diretores. **1.1.4.** Fica aprovada a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o presente exercício social. **1.1.5.** Fica estabelecido que a Companhia continuará a operar dentro do mesmo exercício social. **1.1.6.** Ficam autorizados os administradores da Companhia a proceder com todos os atos complementares à referida transformação. **1.1.7.** Fica consignado que a remuneração anual e global da Diretoria da Companhia será fixada em Assembleia Geral a ser especificamente convocada para esse fim. **1.1.8.** Fica declarada formalmente concretizada a transformação da sociedade em uma sociedade anônima. **2. Eleição dos Membros da Diretoria. 2.1.1.** Os acionistas decidem eleger para a Diretoria da Companhia, para mandatos de 3 anos, permitida a reeleição, Sr. **(i) Antoine Paul Andre Reymondon**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Presidente; **(ii) Alan Peter Clarke**, portador do passaporte irlandês nº PU4670219, e do CPF/MF sob nº 121.276.351-32, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; **(iii) Sr. David Gerard Maxwell**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; **(iv) Sr. Marcelo Simões Teracini**, RG nº 64.888.893-9 (SSP/SP) e CPF/MF nº 136.442.828-89, para o cargo de Diretor de Contabilidade e Finanças; **(v) Sr. Dyego Vinicius Cabral de Jesus**, RG nº 37.065.292-7 (SSP/SP) e CPF/MF nº 395.439.528-25, para o cargo de Diretor de Integridade e Compliance e de Relacionamento com o Ministério da Fazenda; e **(vi) Sr. Giancarlo Biagini**, RG nº 43.711.338-3 (SSP/SP) e CPF/MF nº 318.236.098-13, para o cargo de Diretor de Atendimento aos Apostadores e Ouvidoria. **2.1.2.** Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus cargos e declaram que não estão impedidos por lei especial, condenados, ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **3. Aprovação do Estatuto Social da Companhia. 3.1.** Os acionistas resolvem adotar o novo Estatuto Social. **E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 1 única via. São Paulo, 21/02/2025. Sócios: Betfair Brasil Holdings Ltda. Por: David Gerard Maxwell Cargo: Administrador; TSE Holdings Limited p.p: Antoine Paul Andre Reymondon. Visto da Advogada: Nicole Silva e Souza OAB/SP nº 465226. Anexo III – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Duração. Artigo 1º A Betfair Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 352, conjunto 76, Bela Vista, CEP 01310-905. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, escritórios, subsidiárias e quaisquer outras instalações, no país ou no exterior. **Artigo 3º** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social. Artigo 4º** A Companhia tem como objeto social as atividades de: (i) exploração de apostas de quota fixa, nos termos da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024 (CNAE 9200-3/99); (ii) participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, como acionista ou quotista (CNAE 6462-0/00); e (iii) prestação de serviços de consultoria em publicidade e propaganda (CNAE 7319-0/04). **Capítulo III – Capital Social e Ações. Artigo 5º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 30.716.436,00, dividido em 30.716.436 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **§ 1º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º.** Em caso de aumento de capital, é assegurado aos acionistas o direito de preferência na subscrição das ações a serem emitidas, na proporção do número de ações de que forem titulares, de acordo com as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º.** A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis. **§ 4º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do titular no Livro de Registro de Ações Nominativas. **§ 5º.** É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **Artigo 6º** A Companhia só registrará a transferência de ações em que forem observadas as disposições pertinentes previstas na legislação aplicável ao objeto social da Companhia. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 7º** A Assembleia Geral reunir-se-á, (i) ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social, para os fins previstos na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as disposições deste Estatuto Social e da legislação a respeito da sua convocação, instalação, condução e competência. **§ 1º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por qualquer um dos membros da diretoria. O presidente da Assembleia Geral escolherá entre os presentes o secretário da mesa. **§ 2º.** Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral por vídeo, teleconferência ou qualquer outro meio que permita identificação do acionista e comunicação simultânea com os demais participantes da Assembleia Geral. **§ 3º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados na forma do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 8º** A Assembleia Geral deverá ser convocada por qualquer um dos acionistas ou dos membros da Diretoria, em conformidade com os termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social. **§ 1º.** A Assembleia Geral deverá ser convocada com, ao menos 10 dias úteis de antecedência, devendo os editais de convocação conter local, data e hora da assembleia, indicação detalhada da ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, indicação da matéria a ser tratada. Além da publicação dos editais de convocação na forma da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas também deverão ser convocados via e-mail, no mesmo prazo aqui previsto. **§ 2º.** Considerar-se-á dispensada a convocação de uma Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas da Companhia. **§ 3º.** A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de votos presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei. **§ 4º.** Das Assembleias Gerais serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos acionistas presentes. **Artigo 9º** Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas a seguir, além daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações, que serão aprovadas por acionistas representando a maioria do capital votante: (a) alterações no Estatuto Social da Companhia; (b) alteração no capital social, incluindo aumento ou redução de capital; emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; emissão de bônus de subscrição; aquisição ou resgate de ações pela própria Companhia; (c) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria; (d) tomada anual das contas dos administradores, e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (e) suspensão do exercício dos direitos dos acionistas; (f) deliberação sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (g) deliberação sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução ou liquidação da Companhia, e/ou operação de efeitos similares, e eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; (h) deliberação sobre o pedido de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, bem como declaração de autofalência ou qualquer outro procedimento semelhante; (i) instituição ou modificação da política de distribuição de dividendos da Companhia; (j) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, redução do dividendo mínimo obrigatório ou retenção de lucros; (k) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis; (l) aprovação das contas anuais e demais demonstrações financeiras da Companhia, assim como mudanças na política de contabilização; (m) aprovação da remuneração anual dos membros da Diretoria; (n) constituição, aquisição ou alienação de participação em outras sociedades; (o) aprovação de planos de oferta de ações (inclusive no âmbito de planos de remuneração de executivos), de opções de compra de ações, de bônus de subscrição, bem como de quaisquer ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia; (p) aprovação de emissão de debêntures, bem como da realização e das condições de eventual oferta pública inicial pela Companhia; e (q) aprovação do resgate, recompra ou amortização de ações da Companhia, os termos e condições dessas operações, incluindo, sem limitação, os valores a serem pagos, observados os parâmetros definidos em lei. **Capítulo V – Administração. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 10º** A Companhia será administrada por uma Diretoria, os quais terão os seus poderes e responsabilidades fixados na legislação e neste Estatuto Social. **Parágrafo Único.** A remuneração global da Diretoria deverá ser estabelecida pela Assembleia Geral, assim como a alocação da referida remuneração será determinada pela Assembleia Geral. **Seção II – Diretoria. Artigo 11º** A Diretoria é composta por 6 membros, com mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, sendo designados da seguinte forma: (i) 1 Diretor Presidente; (ii) 2 Diretores Sem Designação Específica; (iii) 1 Diretor de Contabilidade e Finanças, responsável pela área prevista no art. 8º, § 2º, I, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024; (iv) 1 Diretor de Integridade e Compliance e de Relacionamento com o Ministério da Fazenda, responsável pelas áreas previstas no art. 8º, § 2º, IV e VI, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024; e (v) 1 Diretor de Atendimento aos Apostadores e Ouvidoria, responsável pela área prevista no art. 8º, § 2º, V, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024. **§ 1º.** Apenas o cargo de Diretor de Relacionamento com o Ministério da Fazenda poderá ser cumulado com qualquer dos demais cargos previstos no Artigo 11º. **§ 2º.** Os Diretores da Companhia observarão as exigências da legislação aplicável. **§ 3º.** A posse dos membros da Diretoria será condicionada à assinatura de Termo de Posse, o qual deverá ser arquivado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Artigo 12º** Na hipótese de ocorrer renúncia, impedimento ou incapacidade permanente, ausência, falecimento ou qualquer outro evento que resulte na vacância permanente de qualquer dos cargos dos Diretores da Companhia, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para indicação do substituto. **Artigo 13º** A Diretoria terá a função de conduzir os negócios da Companhia e implementar as decisões aprovadas pelos acionistas. **Artigo 14º** A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais. **Artigo 15º** Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigada-se-á mediante assinatura (i) isolada do Diretor Presidente; (ii) isolada de qualquer um dos Diretores Sem Designação Específica; (iii) conjunta de 2 membros da Diretoria; (iv) isolada de 1 procurador; ou (v) isolada do (a) Diretor Executivo de Contabilidade e Finanças; (b) Diretor Executivo de Integridade e Compliance; (c) Diretor de Relacionamento com o Ministério da Fazenda; ou (d) Diretor Executivo de Ouvidoria, se a representação da Companhia for exigida, de forma isolada, por norma relacionada à operação de apostas de quota fixa no Brasil. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá outorgar procurações para sua representação, mediante a assinatura conjunta de 2 membros da Diretoria. As procurações deverão conter a descrição completa dos poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo de validade determinado e vedar o subsubalocamento. **Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 16º** A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei. **Parágrafo Único.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 17º** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal. **Artigo 18º** Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal terão os poderes e a competência previstos na legislação aplicável. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Resultado. Artigo 19º** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º.** Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais corresponderão à proposta de destinação do lucro do exercício. **§ 2º.** O lucro líquido terá a seguinte destinação, de acordo com os termos deste Estatuto: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; e (ii) 25% serão distribuídos aos acionistas como dividendos obrigatórios; e (iii) o saldo terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **Artigo 20º** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos no prazo da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 21º** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§ 1º.** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço levantado. **§ 2º.** Também mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§ 3º.** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação. Artigo 22º** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, sendo que a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e a condução da Companhia durante o período de liquidação seguirão as normas legais em vigor. **Capítulo IX – Resolução de Disputas. Artigo 23º** Quaisquer controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social para as quais a Companhia, acionistas e/ou membros da Diretoria não encontrem solução amigável, inclusive quanto a sua interpretação, validade, execução ou cumprimento serão resolvidas por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996 (Lei de Arbitragem) e sujeitas às seguintes condições: **§ 1º.** A disputa será submetida ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Internacional – ICC ("Centro de Arbitragem") de acordo com suas regras em vigor em 01/01/2021 ("Regras"). **§ 2º.** As partes (s) que submetter(em) a disputa à arbitragem deverão (ão) nomear coletivamente 1 árbitro e a(s) out(s) parte(s) deverá(ão) nomear coletivamente 1 árbitro. O terceiro árbitro presidente será nomeado pelos 2 árbitros nomeados. Se uma das partes não nomear um árbitro e/ou se os árbitros nomeados não nomearem um terceiro árbitro, então o árbitro será nomeado de acordo com as Regras. **§ 3º.** A sede da arbitragem será em São Paulo e o painel de arbitragem aplicará as leis do Brasil e as Regras. Todos os procedimentos da arbitragem, incluindo argumentos e resumos, serão conduzidos em inglês. As partes deverão cooperar de boa-fé para agilizar (ao máximo possível) a condução de qualquer procedimento arbitral iniciado nos termos deste Estatuto Social. Nada impedirá que as partes busquem medidas cautelares ou liminares, provisórias ou permanentes, ou ambas, junto aos tribunais competentes, com jurisdição para conceder medidas em quaisquer disputas ou diferenças decorrentes deste Estatuto Social. **§ 4º.** Os custos e despesas relacionados ao procedimento de arbitragem seguirão as Regras. A decisão final da arbitragem atribuirá à parte vencedora, ou a ambas as partes, na proporção do deferimento de suas reivindicações, o ônus de pagar os custos e as despesas da arbitragem (incluindo todos os custos do Centro de Arbitragem da parte vencedora). O tribunal arbitral não terá jurisdição para impor honorários advocatícios sucumbenciais à parte vencedora. **§ 5º.** Cada parte terá o direito de apresentar ao tribunal aplicável quaisquer medidas judiciais com o objetivo de obter providimentos cautelares para a proteção ou salvaguarda de direitos ou em preparação para o início da arbitragem e, em nenhuma circunstância, tais atos serão considerados uma renúncia à arbitragem. Para fins de prosseguimento das medidas judiciais acima mencionadas, as partes elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **§ 6º.** Nos termos do artigo 516 do Código de Processo Civil Brasileiro, a execução da sentença arbitral ocorrerá na comarca em que a arbitragem foi realizada (Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido neste Estatuto Social) e o credor da sentença arbitral estará autorizado a optar por ajuizar tal execução perante o juízo do local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação ou perante o juízo do domicílio do devedor da sentença arbitral. Cada uma das partes deverá enviar esforços comerciais razoáveis para assegurar uma conclusão rápida e eficiente do procedimento arbitral. **§ 7º.** O tribunal arbitral deverá preferir sua sentença na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, no prazo de 6 meses contados do início do procedimento arbitral. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 6 meses pelo tribunal arbitral, desde que haja motivo para tanto. As partes deverão manter em sigilo toda e qualquer informação relativa ao procedimento arbitral. **§ 8º.** A sentença arbitral será final e vinculante para as partes. As partes não submeterão nenhuma disputa a nenhum processo judicial ou arbitral além dos estabelecidos neste Estatuto Social. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 86.991/25-5 e NIRE 35.300.659.252 em 06/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.**

## Governo Lula avalia ampliar renda do Minha Casa, Minha Vida para até R\$ 12 mil

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda criar uma faixa estendida no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, para contemplar quem ganha entre R\$ 8.000 e R\$ 12 mil mensais, hoje fora do

alcance da política.

A medida deve ser viabilizada a partir da injeção de R\$ 15 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal para operações de financiamento das atuais faixas do programa, solicitada pelo governo em ofício ao relator do

Orçamento, senador Angelo Coronel (PSD-BA).

O foco do Executivo é atender a classe média, que enfrenta um gargalo diante da escassez de recursos da poupança, hoje uma das principais fontes de financiamento barato para a casa própria. O programa considera a renda mensal familiar.

O repasse de recursos para o Fundo Social foi solicitado para atender as faixas 1 (até R\$ 2.850 mensais) e 3 (R\$ 4.700,01 a R\$ 8.000 mensais) do Minha

Casa, Minha Vida, que já existem.

Essa operação deve liberar recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) que seriam usados para viabilizar os financiamentos dessas faixas. É com esse dinheiro que o governo estuda lançar a faixa estendida --uma promessa do presidente Lula.

O governo ainda discute os detalhes de como essas famílias serão atendidas e qual será o limite do valor do imóvel.

Folhapress

## PUBLICIDADE LEGAL

**DÓLAR**  
compra/venda  
Câmbio livre BC -  
R\$ 5,7076 / R\$ 5,7082 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 5,6834 / R\$ 5,6854 \*  
Turismo - R\$ 5,7289 /  
R\$ 5,9089  
(\* cotação média do  
mercado  
(\*\*) cotação do Banco  
Central  
Variação do câmbio livre  
mercado  
no dia: -1,01%

**BOLSAS**  
B3 (Ibovespa)  
Variação: 1,46%  
Pontos: 130.833  
Volume financeiro:  
R\$ 23,159 bilhões  
Majores altas: Vamos ON  
(6,08%), Magazine Luiza  
ON (5,63%), Raia  
Drogasil ON (5,47%)  
Majores baixas:  
B3 ON (-3,50%),  
Natura ON (-3,16%),  
Marfrig ON (-2,95%)  
S&P 500  
(Nova York): 0,64%  
Dow Jones  
(Nova York): 0,85%  
Nasdaq  
(Nova York): 0,31%  
CAC 40 (Paris): 0,57%  
Dax 30  
(Frankfurt): 0,73%  
Financial 100  
(Londres): 0,56%  
Nikkei 225  
(Tóquio): 0,93%  
Hang Seng  
(Hong Kong): 0,77%  
Shanghai Composite  
(Xangai): 0,19%  
CSI 300 (Xangai e  
Shenzhen): -0,24%  
Merval (Buenos Aires):  
0,46%  
IPC (México): 1,17%

**ÍNDICES DE INFLAÇÃO**  
IPCA/IBGE  
Fevereiro 2024: 0,83%  
Março 2024: 0,16%  
Abril 2024: 0,38%  
Maio 2024: 0,46%  
Junho 2024: 0,21%  
Julho 2024: 0,38%  
Agosto 2024: -0,02%  
Setembro 2024: 0,44%  
Outubro 2024: 0,56%  
Novembro 2024: 0,39%  
Dezembro 2024: 0,52%  
Janeiro 2025: 0,16%  
Fevereiro 2025: 1,31%

**Cellera Farmacêutica S.A.**

CNPJ/MF nº 33.173.097/0002-74 - NIRE 35.300.503.520

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/02/2025**

**Data, Hora e Local:** No dia 19/02/2025, iniciada às 14 hs, realizada no formato híbrido, presencialmente na filial da Celleria Farmacêutica S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, nº 550, 9º andar, conjunto 91 e 92, na cidade de São Paulo/SP, e, por videoconferência, pela plataforma Microsoft Teams. **Convocação e Presença:** Presentes na reunião a totalidade dos membros do Conselho. **Mesa:** Presidente: Marcos Grodzky; e Secretária: Vanessa Soares Borzani. **Deliberações Aprovadas:** 1. Os Diretores apresentaram detalhadamente os itens (i), (ii), (iii) e (iv) constantes da Ordem do Dia. Os membros do Conselho de Administração, já tendo analisado a apresentação, não solicitaram nenhum esclarecimento adicional. 2. Com relação ao item (v) constante na Ordem do Dia, foi apresentado pela Diretoria o Orçamento 2025 da Companhia, conforme premissas constantes na apresentação. Após o exame, análise e discussão do orçamento, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovar o Orçamento 2025 da Companhia. 3. Por fim, em relação ao item (vi) constante na Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovar a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato se iniciando a partir de 01/03/2025 e duração até 01/03/2027: (i) como Diretor Presidente - **Omliton Visconde Júnior**; (ii) como Diretora sem designação específica, na qualidade de Diretora Vice-Presidente - **Simoni Macedo Buranello**; (iii) como Diretor Financeiro - **Luis Carlos Teixeira Santos**; (iv) como Diretor sem designação específica - **Cesar Marinho Santos Faria**; e (v) como Diretor sem designação específica - **Lucas Florezi**. 4. Os Diretores ora reeleitos tomam posse nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião de Diretoria da Companhia, e declaram expressamente, nos termos da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade. 5. Os termos de posse dos Diretores reeleitos (nos quais constam as respectivas declarações de desimpedimento) estão arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Jucesp nº 88.698/25-7 em 06/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

**JCDecaux Mídia Aeroportos Ltda.**

CNPJ/ME nº 87.118.386/0001-19 - NIRE 35.229.840.905

**Ata de Reunião de Sócios realizada em 17 de março de 2025**

**Data, Hora e Local:** Aos 17/03/2025, às 10:00 horas, na sede social da JCDecaux Mídia Aeroportos Ltda., na Rua Deocleciana, nº 86, Parte B, Luz, São Paulo-SP, CEP 01.106-030 ("Sociedade"). **Convocação:** Dispensada a convocação prevista no artigo 1.152, § 3º do Código Civil, face à presença da totalidade das sócias, conforme autorizado pelo artigo 1.072, § 2º do Código Civil. **Presença:** Única sócia da Sociedade, a saber **JCDecaux do Brasil Ltda.**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7815, Torre I do Edifício W Torre Nações Unidas, conjuntos 801A e 802A, Pinheiros, São Paulo-SP, Brasil, CEP 05.425-905, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.688.435/0001-04, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.2.1693165-6, neste ato devidamente representada por seus diretores, Sra. **Ana Célia Biondi Rodriguez**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.347.033-2 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob nº 089.579.578-71, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e Sr. **Arnaud Daniel André Bert**, cidadão francês, casado, executivo, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro Permanente RNE nº V7745867 CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/ME sob o nº 235.161.558-17, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ambos com escritório profissional na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7815, Torre I do Edifício W Torre Nações Unidas, conjuntos 801A e 802A, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.425-905. **Mesa:** (i) Presidente: Ana Célia Biondi Rodriguez, Diretora Geral da Sociedade e (ii) Secretário: Arnaud Daniel André Bert, Diretor Financeiro da Sociedade. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade no montante total de R\$ 9.000.000,00, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, conforme os termos dos Artigos 1.082, inciso II e 1.084 do Código Civil. **Deliberações:** A Sória Única decidiu aprovar a redução do capital social da Sociedade no montante total de R\$ 9.000.000,00, nos termos da ordem do dia. Com base na deliberação acima, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é reduzido de R\$ 51.644.601,00 para R\$ 42.644.601,00, isto é, uma redução no valor total de R\$ 9.000.000,00, conforme deliberado acima, com o cancelamento de 9.000.000,00 de quotas no total, detidas pela Única Sócia **JCDecaux do Brasil Ltda.**, mantendo-se o valor nominal das quotas sociais em R\$1,00 cada. Sendo assim, o capital social da Sociedade **passará** a ser de R\$ 42.644.601,00, dividido em 42.644.601,00 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e direitos, detidas pela Única Sócia, **JCDecaux do Brasil Ltda.** A Sória Única autoriza os Diretores da Sociedade a tomarem toda e qualquer providência conveniente ou necessária para implementação da redução de capital social da Sociedade mencionada acima, tendo poderes para efetuar: (i) nos termos do Artigo 1.084, § 2º c/c com o Artigo 1.152, § 1º do Código Civil, a publicação em forma de extrato da presente Ata de Reunião de Sócios no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em outro jornal de grande circulação na cidade de São Paulo, bem como o registro de referida Ata de Reunião de Sócios e das respectivas publicações na Junta Comercial do Estado de São Paulo, após o transcurso do prazo legal; e (ii) o pagamento do correspondente ao valor total de R\$ 9.000.000,00 de acordo com as instruções a serem dadas oportunamente pela Única Sócia **JCDecaux do Brasil Ltda.**, que será realizado em uma única transação financeira, imediatamente após o registro da presente Ata Reunião de Sócios e consequente Alteração de Contrato Social na Junta Comercial do Estado de São Paulo. A efetivação do pagamento da redução do capital deliberada acima, deve respeitar o prazo de 90 dias contados da publicação desta Ata, conforme disposto no Artigo 1.084, §§ 1º e 2º do Código Civil. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta Ata, a qual foi lida, aprovada e assinada em 01 via. São Paulo, 17/03/2025. **Mesa:** Ana Célia Biondi Rodriguez - Presidente da Mesa; **Arnaud Daniel André Bert** - Secretário da Mesa. **Única Sócia:** **JCDecaux do Brasil Ltda.** Ana Célia Biondi Rodriguez e Arnaud Daniel André Bert.

**Cooperativa de Geração Compartilhada Compartsol**

CNPJ nº 28.470.676/0001-68

**Convocação de Assembleia Geral Ordinária**

Na qualidade de Diretor-Presidente, sirvo-me da presente para convocar V.Sas. para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 31 de março de 2025 (segunda-feira), na Rua Iaiá, 150, cj 61, São Paulo-SP: I. às 10:00, contando com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) do número de associados, em condição de votar em primeira convocação; II. às 10:15, contando com a presença de pelo menos metade mais um do número de associados, com direito a voto em segunda convocação; III. às 10:30, contando com 10 (dez) ou mais associados em condições de votar, em terceira e última convocação para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** a) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: - Relatório de gestão; - Balanços dos dois semestres do correspondente exercício; - Demonstrativo das sobras ou perdas. b) Destinação das sobras ou rateio das perdas; c) Eleição do Diretor-Presidente e Diretor Comercial e Diretor Financeiro, que tomarão posse em 3 de julho de 2025; d) Eleição dos componentes do Conselho Fiscal, que tomarão posse em 3 de julho de 2025; e) Fixação do valor de remuneração dos membros da Diretoria, bem como das cédulas de presença dos membros dos Conselhos. **Observações:** O número de associados existentes em condições de votar na data de sua expedição, para efeito de cálculo do quórum de instalação, é de 1861 cooperados. Cordialmente, **Alexandre Simonato Bueno**, Diretor Presidente. 20 de março de 2025. (18/03/2025)

**I&L Patrimônio e Investimentos S.A.**

(em constituição)

**(Ata de Assembleia de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 30/01/2025)**

**Data/Hora/Local:** Aos 30/01/2025, às 10hs, na Rua Tereza Monari Silvestre, S/N, Quadra G, Lote 7, Jardim Villa Verona, Sorocaba/SP, CEP: 18105-033, reuniram-se em primeira convocação os subscritores da totalidade das ações emitidas por **I&L Patrimônio e Investimentos S.A.** **Mesa:** **Izomar Matias Barboza** - Presidente; **Luis Levir Pereira de Melo** - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** 1. Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **I&L Patrimônio e Investimentos S.A.**, conforme Anexo I, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes; 2. De acordo com o Anexo II - Boletins de Subscrição, que fica fazendo parte integrante desta ata, o capital social da sociedade será de R\$ 100,00, divididos em 100 ações ordinárias nominativas, as quais foram subscritas, da mesma classe e sem valor nominal e, foram totalmente integralizadas pelos subscritores, conforme se verificou através do comprovante de depósito bancário efetuado no Banco do Brasil, no valor de R\$ 100,00; Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas, esclarecendo o Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais, estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **I&L Patrimônio e Investimentos S.A.** 3. A seguir, por unanimidade dos presentes, foram eleitos para ocuparem os cargos de Diretores da Sociedade: (i) **Izomar Matias Barboza**, na condição de Diretora Presidente; e (ii) **Luis Levir Pereira de Melo**, na condição de Diretor Vice-Presidente; Todos com mandato de 3 anos, iniciando-se a posse na presente data conforme termo de posse - **Anexo III**, podendo ser reeleitos, nos termos do Estatuto Social da Sociedade. Ficou estabelecido que o valor dos honorários dos Diretores eleitos será fixado em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede da Sociedade, Sorocaba/SP, 30/01/2025. **M Visto do Advogado:** **Gregório Ziroldo Ferreira** - OAB/SP nº 471.590. Jucesp nº 353006575-8 em 13/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

**Hidroviás do Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982 - Companhia Aberta

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 15 de abril de 2025**

A **Hidroviás do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de abril de 2025, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, e dos Pareceres do Comitê de Auditoria não Estatutário e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. Deliberar sobre a Proposta da Administração da Companhia para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 4. Deliberar sobre a instalação e a fixação do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; 5. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; e 6. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Examinar, discutir e aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da HB Holding Norte S.A. ("HB Holding Norte" ou "Incorporada") pela Companhia, a ser celebrado em 02 de maio de 2025 entre as administrações da Companhia e da HB Holding Norte ("Protocolo e Justificação"), sendo que a totalidade do capital social da HB Holding Norte é detido diretamente pela Companhia ("Incorporação"); 2. Ratificar a nomeação e a contratação da empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido e pela elaboração do laudo de avaliação da Incorporada ("Laudo de Avaliação"); 3. Examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação da Incorporada; 4. Examinar, discutir e aprovar a Incorporação, nos termos do artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações e do Protocolo e Justificação; 5. Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a implementar melhorias de governança e adequação à evolução do atual modelo de negócio da Companhia e novas disposições legais e regulamentares aplicáveis à Companhia; 6. Aprovação do novo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações da Companhia; e 7. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e providências necessários à implementação da Incorporação e às demais deliberações. **Informações Gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando todas as orientações detalhadas para participação ("Manual para Participação dos Acionistas"), bem como toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da Companhia ([ri.hbsa.com.br](http://ri.hbsa.com.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). 2. **Participação e votação na Assembleia:** Poderão participar da Assembleia ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, conforme orientações constantes do Manual para Participação dos Acionistas. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim e no Manual para Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Nos termos do Manual para Participação dos Acionistas, a comprovação da qualidade de acionista da Companhia deverá ser feita nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto"), conforme aplicável. Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail [ri@hbsa.com.br](mailto:ri@hbsa.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 dias antes da Assembleia Geral (i.e., até o dia 13 de abril de 2025), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação dos Acionistas. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** 4. **Documentos de representação dos acionistas:** A Companhia dispensará a necessidade de notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. **Informações para participação e votação na Assembleia Geral:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da Companhia ([ri.hbsa.com.br](http://ri.hbsa.com.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). 6. **Votação por meio de Boletim:** O Boletim poderá ser enviado pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do depositário central, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual para Participação dos Acionistas e do Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da Companhia ([ri.hbsa.com.br](http://ri.hbsa.com.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). 7. **Instalação do Conselho Fiscal:** Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2%. São Paulo, 14 de março de 2025. **Marcos Marinho Lutz** - Presidente do Conselho de Administração (15, 18 e 19/03/2025)

**Radaz Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos S.A.**

CNPJ nº 26.800.308/0001-05 - NIRE 35300582349

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas da **Radaz Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos S.A.**, localizada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Av. Shishima Hifumi, nº 2911, sala 107, Urbanova, CEP 12.244-000 ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 07 de abril de 2025, às 10 horas, em formato digital por meio da plataforma digital Microsoft Teams nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.010/20 e em consonância com a Instrução Normativa DREI nº 81, com a finalidade de deliberar sobre, em **Assembleia Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras, as contas da diretoria e o relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) a fixação da remuneração dos administradores durante o exercício de 2025; e em **Assembleia Extraordinária:** (iv) a alteração do Estatuto Social da Companhia para prolongar o mandato dos membros da Diretoria de 1 (um) para 3 (três) anos; (v) a alteração do Estatuto Social da Companhia para prever um aumento de 3 (três) para 5 (cinco) membros do Conselho de Administração; (vi) a alteração do Estatuto Social da Companhia, de modo a incluir novas regras de circulação de ações, com a inclusão direitos e obrigações de venda conjunta de ações (tag along) e venda forçada de ações (drag along); (vii) emissão de Bônus de Subscrição, nos termos do disposto no artigo 75 da Lei das S.A.; (viii) formalização de contrato de comissionamento em benefício de determinados conselheiros em caso de eventos de liquidez da Companhia; (ix) aprovar o pagamento antecipado de dividendos aos acionistas; e (x) aprovar a abertura de uma subsidiária da Companhia nos EAU. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de modo digital por meio da plataforma digital Microsoft Teams, pela qual os acionistas poderão ver e serem vistos, ouvir e se manifestarem, digitalmente. Os acionistas receberão, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do horário da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, as orientações técnicas de acesso ao sistema de participação remota. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sobre o controle da Companhia. Por fim, a Companhia solicita que os acionistas acessem o sistema eletrônico a ser disponibilizado para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária tendo em mãos o documento de identidade e comprovação de poderes. São José dos Campos/SP, 13 de março de 2025. **Norivaldo Corrêa Filho**, Presidente do Conselho de Administração. (13, 14 e 17/03/2025)

**Ellan S/A**

CNPJ/MF nº 04.345.304/0001-41 - NIRE 35.300.436.784

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária**

São convidados os senhores acionistas da Ellan S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 15 horas do dia 24 de Março de 2024, na sede social, na Rodovia SP 115/280, Km 3,2, Parque das Árvores, Boituva-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Proposta da Diretoria sobre o resultado líquido do exercício de 2024. Boituva, 14 de Março de 2025. **Stefan Roberto Stegmann** - Diretor Presidente. (14, 15 e 18/03/2025).

Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 08.642.976/0001-70

Relatório da Administração

Senhores cotistas, cumprindo as disposições legais, temos o prazer de Submeter a V.Sas. as Demonstrações Contábeis anuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

São Paulo, 14 de março de 2025. A Administração

**Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e Patrimônio líquido	Notas	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponível	4	1	3	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	8	13	75
Aplicações financeiras	5	25.580	45.683	Outras Contas a Pagar – Adiantamento de dividendos	9	3.000	7
Créditos tributários e previdenciários	6	268	257			3.013	82
		<b>25.849</b>	<b>45.943</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	7	448.415	375.703	Capital Social	10	53.643	53.643
		<b>448.415</b>	<b>375.703</b>	Reserva de Lucro		417.608	367.921
						<b>471.251</b>	<b>421.564</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>474.264</b>	<b>421.646</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>474.264</b>	<b>421.646</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	53.643	401.623	–	455.266
Lucro líquido do Exercício	–	–	71.953	71.953
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	–	(87)	–	(87)
Distribuição de Dividendos	–	(105.568)	–	(105.568)
Transferência para Reserva de Lucro	–	71.953	(71.953)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	53.643	367.921	–	421.564
Lucro líquido do Exercício	–	–	87.214	87.214
Distribuição de Dividendos	–	(37.527)	–	(37.527)
Transferência para Reserva de Lucro	–	87.214	(87.214)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	53.643	417.608	–	471.251

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023** (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** – A Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. (Villa), está localizada na Rua Franz Schubert, nº 33, 3º andar, no Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo. A Empresa tem por objeto social a participação em outras sociedades de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, podendo associar-se com outras sociedades, de qualquer forma.

**2. Base de elaboração e apresentação** – As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2025. **Base para Mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa. **Segregação entre circulante e não circulante:** A empresa efetua a segregação entre circulante e não circulante quando se espera que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) ou está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste dentro do próximo período financeiro; ■ Aplicações financeiras. **Consolidado:** A Empresa possui participação societária em

**Demonstração do Resultado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Despesas administrativas	11a	(113)	(100)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(113)</b>	<b>(100)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	11b	1.493	3.177
Despesas financeiras	11b	(7)	(6)
		<b>1.486</b>	<b>3.171</b>
<b>Resultado patrimonial</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	11c	87.463	69.938
Outras despesas patrimoniais	11c	(1.133)	–
		<b>86.330</b>	<b>69.938</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>87.703</b>	<b>73.009</b>
Impostos de renda	11d	(355)	(770)
Contribuição social	11d	(134)	(286)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>87.214</b>	<b>71.953</b>

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>87.214</b>	<b>71.953</b>
<b>Resultado abrangente</b>	<b>87.214</b>	<b>71.953</b>

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. **c) Redução ao valor recuperável – ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Eventuais perdas, se identificadas, são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As perdas são avaliadas anualmente, de acordo com os critérios do CPC 01. **d) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre a base presumida. A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado. **e) Ativos e passivos financeiros:** Quando um ativo ou um passivo financeiro é reconhecido, a empresa deve avaliá-lo pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	2024	2023
Bancos conta corrente	1	3
	<b>1</b>	<b>3</b>

Os valores que compõe caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo saldo em conta corrente e aplicações automáticas bancárias.

**5. Aplicações financeiras – a. Composição por prazo e nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Hierarquia de valor justo	Aging				Classificação		Total				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/Perda não realizado (G - F)	31/12/2024 (E)	% 31/12/2023 (H)	%
<b>Ativos</b>	(A)	(B)	(C)	(D)							
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	471	11.444	5.763	7.903	25.580	25.632	25.580	(51)	25.580	100%	45.683
<b>Fundo de investimento exclusivo</b>	471	11.444	5.763	7.903	25.580	25.632	25.580	(51)	25.580	100%	45.683
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	259	9.287	–	9.546	9.546	9.546	–	9.546	–	5.143
Notas do tesouro nacional – Série B (NTN-B)	1	–	–	680	680	695	680	(15)	680	–	487
Operações compromissadas	2	–	4.032	–	4.032	4.032	4.032	–	4.032	–	16.314
Cotas de fundos de investimentos	2	–	–	8.049	8.049	8.049	8.049	–	8.049	–	14.284
Títulos privados (CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE)	2	212	2.157	1.051	3.419	3.455	3.419	(36)	3.419	–	9.447
Caixa/Contas a pagar/Contas a receber	–	–	–	(147)	(147)	(147)	(147)	–	(147)	-1%	8
<b>Total</b>	471	11.444	5.763	7.903	25.580	25.632	25.580	(51)	25.580	100%	45.683

**b. Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: ■ **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. ■ **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). ■ **Nível 3:** Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Empresa utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c. Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos, em conformidade com a legislação vigente. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e aprelçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas na CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados.

**d. Movimentação das aplicações financeiras**

Movimentação	OMINT	VL	Cinco de Mayo	Premium	KIPP	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Informações das controladas</b>						
Total do patrimônio líquido	316.547	564.656	66.344	48.916	40.114	45.072
Participação	46,91%	46,91%	99,99%	99,99%	100%	100%
Valor do investimento	251.219	208.672	70.211	47.272	22.672	24.329
<b>Resultado da equivalência patrimonial</b>	<b>65.328</b>	<b>56.208</b>	<b>(3.867)</b>	<b>1.639</b>	<b>17.442</b>	<b>20.743</b>

**Movimentação por meio do Resultado**

Aplicação	2023	2024	Res-gates IOF	Res-dimen-tação IR	2024		
Mendoza	45.683	25.520	(46.686)	–	(393)	1.456	25.580
<b>Total</b>	<b>45.683</b>	<b>25.520</b>	<b>(46.686)</b>	<b>–</b>	<b>(393)</b>	<b>1.456</b>	<b>25.580</b>

**e. Risco de crédito**

	AAA	AA	A	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	1	1
Cotas de Fundos de Investimentos	24.892	580	109	–	25.580
<b>Exposição máxima ao risco de Crédito</b>	<b>24.892</b>	<b>580</b>	<b>109</b>	<b>1</b>	<b>25.581</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
<b>Atividades operacionais</b>		
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	46.686	729
(+) Recebimento de Créditos Tributários	126	–
(-) Pagamentos de Tributos e Taxas	(295)	(638)
(-) Aplicações Financeiras	(25.520)	(20.000)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(7)	(5)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(92)	(88)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>20.898</b>	<b>(20.002)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
(+) Recebimentos de Dividendos	37.927	125.568
(-) Aumento de Capital em Investidas	(21.300)	–
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>16.627</b>	<b>125.568</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
(-) Pagamentos de Dividendos	(37.527)	(105.568)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	–	–
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>(37.527)</b>	<b>(105.568)</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>
CAIXA – Saldo Inicial	3	5
CAIXA – Saldo Final	1	3

**Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023** (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>87.214</b>	<b>71.953</b>
Ajustes por:		
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(91.330)	(78.590)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	3.867	8.652
(-) Outras Receitas	(9)	–
(+) Outras Despesas	1.133	–
(-) Ajuste de exercício anterior	–	(87)
	<b>875</b>	<b>1.928</b>
<b>Diminuição/(Aumento) das contas do ativo</b>		
Aplicações Financeiras	20.103	(21.964)
Créditos Tributários e Previdenciários	(12)	8
<b>Aumento/(Diminuição) das contas do passivo</b>		
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(61)	19
Débitos Diversos	(7)	7
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>20.898</b>	<b>(20.002)</b>

**Distribuição de Dividendos**

	2024	2023
Valores Distribuídos – Villa Argentina	37.493	105.471
Valores Distribuídos – Cobo Argentina	34	97
	<b>37.527</b>	<b>105.568</b>

**Recebimento de Dividendos**

	2024	2023
Valores Recebidos – Omint Saúde	12.527	105.568
Valores Recebidos – Cinco de Mayo	25.400	20.000
	<b>37.927</b>	<b>125.568</b>

**8. Tributos e encargos a recolher**

Descrição	2024	2023
IRPJ a pagar	8	–
CSLL a pagar	5	75
	<b>13</b>	<b>75</b>

**9. Adiantamento de Dividendos** – No ano de 2024 a Empresa recebeu um adiantamento de dividendos no valor de R\$ 3.000 de sua investida Cinco de Mayo, referente ao resultado do 1º trimestre de 2025, o qual tem previsão de aprovação ainda no 1º semestre de 2025.

**10. Capital social** – O capital social de R\$ 53.643, totalmente integralizado, está distribuído entre os cotistas internacionais, conforme composição abaixo:

	2024	2023
Villa Larroudet Y Compañia S.A.	53.593	53.593
Cobo Cichero Y Compañia S.A.	49	49
	<b>53.643</b>	<b>53.643</b>

**11. Detalhamento das principais conta de resultado**

**a. Resultado operacional**

Descrição	2024	2023
Despesas administrativas	(113)	(100)
	<b>(113)</b>	<b>(100)</b>

**b. Resultado financeiro**

Descrição	2024	2023
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	1.455	3.156
Outras receitas financeiras	38	21
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.493</b>	<b>3.177</b>
Outras despesas financeiras	(7)	(6)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(7)</b>	<b>(6)</b>
	<b>1.486</b>	<b>3.171</b>

**c. Equivalência (Grupo Omint)**

Descrição	2024	2023
Receita com Equivalência Patrimonial	91.330	78.590
Despesa com Equivalência Patrimonial	(3.867)	(8.652)
Outras despesas patrimoniais	(1.133)	–
	<b>86.330</b>	<b>69.938</b>

**d. Apuração do Imposto de renda e Contribuição social**

	Imposto de Renda	Contribuição Social		
	2024	2023	2024	2023
Base de cálculo antes dos impostos	1.493	3.177	1.493	3.177
Tributo calculado pela alíquota oficial	355	770	134	286
Alíquota efetiva	24%	24%	9%	9%

**12. Eventos subsequentes – a. Distribuição de Dividendos:** Na data de 02 de janeiro de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião de Sócios a distribuição de dividendos às sócias no valor de R\$ 29.559 sendo (a) R\$ 27, para sócia Cobo Cichero y Compañia S.A. e (b) R\$ 29.532, para a sócia Villa Larroudet y Compañia S.A. **b. Recebimento de Dividendos:** Na data de 02 de janeiro de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, o recebimento de dividendos por parte da investida Omint Saúde no valor de R\$ 29.559.

**Contadora**

	Luiza de Marillac Freire Araujo
	Contadora CRC 1CE 015.592/O-0 "T" SP

relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela

continua ...

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

# PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

## Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,**

omissão ou representações falsas intencionais; **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a**

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

São Paulo, 14 de março de 2025.

**BDO** BDO RCS Auditores Associados Ltda.  
CRC 2SP 015.165/O-8  
**David Elias Fernandes Marinho**  
Contador – CRC 1SP 245.857/O-3

## Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.874.289/0004-23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022							
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)							
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	102.130	901	103.033	901	395.229	-	395.229	-							
Contas a receber	112.533	-	112.533	-	(248.598)	-	(248.598)	-							
Estoques	129.125	-	129.125	-	146.631	-	146.631	-				180		(180)	
Adiantamentos a fornecedores	1.253	-	1.253	-		-		-						(1.236)	(1.236)
Tributos a recuperar	8.363	-	8.363	-		-		-						(29.803)	(29.803)
Outros ativos	1.296	-	1.296	-		-		-			(404)			-	(404)
Total do ativo circulante	354.700	901	355.603	901		-		-							
Não circulante															
Investimentos	900	-	-	-		-		-							
Imobilizado	136.577	-	136.577	-	72.784	-	72.784	-							
Intangível	104.007	-	104.007	-		-		-							
Depreção de uso	4.043	-	4.043	-		-		-							
Total do ativo não circulante	245.527	-	244.627	-		-		-							
Total do ativo	600.227	901	600.230	901		-		-							
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>															
Circulante															
Fornecedores	70.898	-	70.983	-		-		-							
Empréstimos e financiamentos	72.026	-	72.026	-		-		-							
Tributos a pagar	4.774	-	4.774	-		-		-							
IRPJ e CSLL a pagar	2.650	-	2.650	-		-		-							
Salários e encargos sociais	13.774	-	13.774	-		-		-							
Dividendos propostos	1.236	-	1.236	-		-		-							
Arrendamentos	2.614	-	2.614	-		-		-							
Instrumentos financeiros	712	-	712	-		-		-							
Outros passivos	3.000	-	2.918	-		-		-							
Total do passivo circulante	171.684	-	171.687	-		-		-							
Não circulante															
Arrendamentos	2.214	-	2.214	-		-		-							
Provisão para plano de pensão e saúde	5.176	-	5.176	-		-		-							
IRPJ e CSLL diferido	17.714	-	17.714	-		-		-							
Total do passivo não circulante	25.104	-	25.104	-		-		-							
<b>Patrimônio líquido</b>															
Capital social	902	901	902	901											
Reserva de capital	399.049	-	399.049	-		-		-							
Ajustes de avaliação patrimonial	(400)	-	(400)	-		-		-							
Reserva legal	180	-	180	-		-		-							
Reserva de retenção de lucros	3.708	-	3.708	-		-		-							
Total do patrimônio líquido	403.439	901	403.439	901											
Total do passivo e PL	600.227	901	600.230	901											

**1. Contexto operacional:** A Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. ("Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30/09/2021, com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, bloco B, 1º andar, em São Paulo - SP, tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e a exportação de; produtos químicos; desenvolvendo materiais avançados e produtos químicos especializados para diversos setores. Suas soluções impulsionam a eficiência e a sustentabilidade em indústrias como aeroespacial, automotiva, agrícola, eletrônica, bens de consumo e saúde. A empresa fornece materiais leves para reduzir emissões em aeronaves, componentes para baterias de veículos elétricos, produtos químicos que aumentam a produtividade agrícola, materiais que melhoram o desempenho de dispositivos eletrônicos, embalagens sustentáveis e insumos para aplicações médicas e farmacêuticas. **Cisão parcial da controladora Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.:** Em 30/06/2023, foi aprovada e efetuada cisão parcial da controladora Rhodia Brasil S.A., seguida da Incorporação do Acervo Cindido pela Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	55.000	-	55.000	-
Estoques	112.450	-	112.450	-
Imposto a recuperar	1.469	-	1.469	-
Adiantamento a fornecedores	705	-	705	-
Imobilizado	130.877	-	130.877	-
Intangível	104.672	-	104.672	-
Direitos de uso	4.056	-	4.056	-
Outros ativos	2.731	-	2.731	-
<b>Total Ativos</b>	<b>411.690</b>	-	<b>411.690</b>	-
<b>Passivo</b>				
Salários e encargos	11.124	-	11.124	-
Arrendamentos	4.427	-	4.427	-
Provisão de plano de pensão e saúde	4.175	-	4.175	-
IRPJ e CSLL diferido	20.635	-	20.635	-
Outros passivos	2.352	-	2.352	-
Capital social	1	-	1	-
Reservas de Capital	399.049	-	399.049	-
Variação cisão absorvida em resultados acumulados	(29.803)	-	(29.803)	-
<b>Total Passivos</b>	<b>411.690</b>	-	<b>411.690</b>	-

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.927
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para demonstração do resultado:				
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada	(404)	-	(404)	-
Itens que podem ser reclassificados subsequentemente para demonstração do resultado:				
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ALAVER	4	-	4	-
Outros resultados abrangentes	4	-	4	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>(400)</b>	<b>-</b>	<b>(400)</b>	<b>34.927</b>

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC,

vigentes para 31/12/2023. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

**A DIRETORIA**  
**Diretor: Walter Cunha**  
**Contadora: Paloma Gobetti - CRC/PR - PR-081516/O-7**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A., Curitiba - Paraná. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. (Sociedade), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme apresentado nas notas explicativas 6 e 15, em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade registrou nas rubricas de contas a receber e fornecedores Ajuste a Valor Presente - AVP nos montantes de R\$31.460 mil e R\$11.167, respectivamente, para os quais não foram apresentadas evidências de auditoria que suportassem o referido registro contábil em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, na controladora e no consolidado, o saldo do contas a receber e fornecedores está subavaliados em R\$31.460 mil e R\$11.167 mil, enquanto o saldo do resultado do exercício e do patrimônio líquido estão subavaliados em R\$20.293 mil. Nossa audito-

ria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos**

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.** Curitiba, 25 de fevereiro de 2025.

**ERNST & YOUNG** Ana Andréa Iten de Alcântara  
Auditores Independentes Contador  
CRC SP-015199/O-0 CRC SC-025678/O-0

## NEGÓCIOS

### Hapvida inaugura novo hospital em SP com investimento de R\$ 16 milhões



A Hapvida inaugura nesta segunda-feira (17) o Hospital Jardim Anália, localizado na zona leste da cidade de São Paulo. O projeto faz parte dos R\$ 2 bilhões em investimentos anunciados no final do último ano para expansão de sua rede própria.

A nova unidade possui 11 pavimentos e conta com 64 leitos de internação e de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Além disso, o prédio inaugurado tem salas de cirurgia, enfermaria, áreas

de observação, medicação, inalação, banco de sangue e um pronto-socorro clínico.

O hospital, que recebeu um aporte de R\$ 16 milhões, possui uma estrutura moderna e equipamentos de alta tecnologia, além de estar preparado para realizar cirurgias de baixa e média complexidade, informou a Hapvida.

Em dezembro de 2024, foram anunciados pela Hapvida quatro novos hospitais, um pronto-atendimento, seis clínicas, oito unidades de diagnóstico e 14 de co-

leta laboratorial. Os investimentos serão concluídos até 2026.

Ao todo, serão construídos e inaugurados dez novos hospitais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus (AM), Fortaleza (CE), Recife (PE), Belém (PA) e Campo Grande (MS).

“Este montante diz respeito exclusivamente à expansão da nossa rede própria. Temos projetos em quatro regiões brasileiras”, destacou Jorge Pinheiro, CEO do grupo Hapvida. A inauguração ocorreu na ocasião.

CNN

### Turismo em São Paulo deverá gerar R\$ 340 bilhões neste ano

O turismo no estado de São Paulo deve gerar R\$ 340 bilhões neste ano, estima o Centro de Inteligência da Economia do Turismo, ligado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP). A projeção representa alta de 3,65% em relação ao ano anterior. O montante deverá representar 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista de 2025.

A Setur espera que que 51 milhões de turistas circulem este ano no estado: 48,5 milhões brasileiros e 2,5 milhões de estrangeiros. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (17)

pelo governo paulista. De acordo com a Setur, a elevação pode ser explicada pela combinação de forte demanda interna por turismo e investimentos em infraestrutura do setor.

“O turismo de São Paulo mantém sua trajetória de crescimento acima da média. O estado é o maior receptor de turistas do país e tem a maior participação na economia do turismo nacional”, destacou o secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, Roberto de Lucena.

A pasta projeta ainda que 33 mil empregos diretos deverão ser criados em 2025 pelo turismo no estado.

Bruno Bocchini/ABR



### Acionistas aprovam fusão de negócios entre Cobasi e Petz



Os acionistas da Petz (PETZ3) aprovaram, nesta sexta-feira (14), a fusão com a Cobasi, segundo fato relevante divulgado pelas duas companhias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O processo ainda segue em análise no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No dia 7 de fevereiro, o Cade recebeu a notificação das empresas para a fusão. Desde então, começou a contar o prazo de análise pelo órgão.

Segundo o fato relevante, as novas ações da Cobasi trarão direitos políticos e econômicos idênticos às demais ações de emissão aos

seus acionistas, competindo a participar integralmente dos resultados da companhia, na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Com isso, as frações de ações de emissão da Cobasi que resultarem da incorporação serão unificadas em um grupamento de ações, conforme as regras de operação da B3, a bolsa de valores brasileira.

Os acionistas ainda aprovaram a proposta anunciada no ano passado sobre a distribuição de dividendos de R\$ 130 milhões. Na relação de troca de ações, para cada papel ordinário (ON), uma emissão ON da Cobasi Investimentos e uma

preferencial (PN), que seja resgatável.

A intenção de fusão das duas foi anunciada ao mercado no dia 16 de agosto do ano passado, e desde então chamou atenção dos investidores, que repercutiram com otimismo.

Em 30 de janeiro deste ano, o conselho de administração da Petz aprovou o aumento de capital, dentro do limite autorizado, no montante de R\$ 227,8 mil, por meio da emissão de mais de 216 mil ações ordinárias.

Segundo fato relevante, o capital da Petz está em R\$ 1,72 bilhão, enquanto a Cobasi em R\$ 407,6 milhões.

CNN